

**VALMIR COSTA**

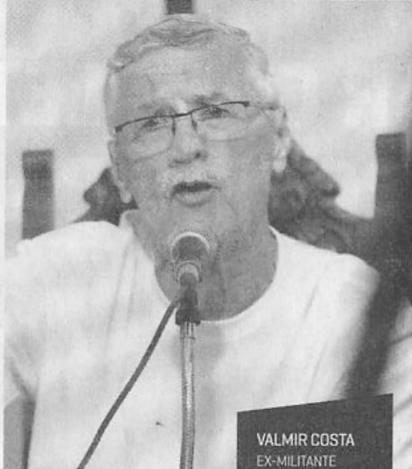
Valmir Costa teve influência do pai, que foi líder estudantil. Tinha 22 anos quando entrou na Universidade Rural de Pernambuco para fazer Medicina Veterinária, um ano após o Golpe Militar de 1964. Acreditava no governo João Goulart, porque, em sua opinião, abriu o País para alianças com autoridades que desejavam a mudança. Foi preso por duas vezes, perseguido, viveu na clandestinidade por uma década e foi um dos milhares que estavam no 30º Congresso da UNE, em um sítio no interior do Paraná, quando militares fortemente armados cercaram o local e prenderam todos. O caso ganhou a mídia mundial. "No dia do golpe, participei de manifestação na Praça da Assembleia, que era a sede da Petrobras. O governador de Pernambuco, Miguel Arraes, vinha participar do evento e defender a reforma de base. Como o golpe já tinha sido deflagrado, ele foi impedido de entrar em Alagoas. Foi um movimento pacífico, com estudantes e trabalhadores da estatal, sempre aguardando a chegada do governador. Não houve interferência da polícia, que ainda estava indecisa de como agir", lembra.

Na universidade, Valmir logo se envolveu com os diretórios acadêmicos. Foi lá que ele travou um embate que lhe rendeu alegrias e muita tristeza. O reitor, que foi indicado pela ditadura, decidiu tirar a gratuidade do restaurante universitário.

"Os alunos vinham da zona rural e não tinham condições de pagar pela alimentação. A partir de 1967, planejaram interferir e isso provocou reação. Em 1968, tornei-me presidente do Diretório de Veterinária, e adotei postura contrária ao que a reitoria estava propondo. O movimento foi feito com cautela, conscientizando os estudantes, enviando ofícios para que a medida não fosse colocada em prática. A reitoria, intransigente, ameaçou punir os que se mostrassem contrários, além de entregá-los ao Exército. Mesmo assim, foi baixado o decreto e o fato gerou uma insatisfação geral", relata.

"Infringimos uma lei da ditadura, que era fazer greve. Enfrentamos uma situação que nem sabíamos que tipo de retaliação iríamos sofrer. Foram trinta e quatro dias paralisados com apoio unânime. A universidade federal e a Católica de Pernambuco fizeram uma greve de dois dias em solidariedade", completou.

Por conta da medida tomada pelos estudantes, a reitoria acionou as forças de segurança, que cercaram e, em seguida, invadi-

**VALMIR COSTA**  
EX-MILITANTE  
POLÍTICO

"Infringimos uma lei da ditadura, que era fazer greve. Enfrentamos uma situação que nem sabíamos que tipo de retaliação iríamos sofrer. Foram trinta e quatro dias paralisados"

ram o campus. "Não usamos violência e fugimos para não sermos presos. Passamos alguns dias fora. O governador Nilo Coelho, de Pernambuco, chamou para negociar e disse acreditar que a nossa causa era justa. Por conta disso, o governador foi convocado ao 4º Exército para levar uma dura. Após a pressão estudantil, o reitor Claudio Martiniano voltou atrás, mas decidiu colocar falta em todos os alunos, o que provocou novas mobilizações. O reitor pediu para que a universidade fosse cercada, de novo, para prender as lideranças. Todos fugiram por uma mata e voltaram tempo depois para concluir o curso. Cheguei a ser cassado por um ato da reitoria e os estudantes obrigaram a reitoria a revogar", conta.

Os protestos e as mobilizações no âmbito acadêmico tiveram sequência, e, depois disso, lutas pela melhoria do ensino, corrupção e outros temas nor-tearam o movimento estudantil. No final de 1968, quando iria ser declarado o AI-5, que tornou a ditadura ainda mais rígida, Valmir Costa lembra que iria colar grau, mas deixou de ir à solenidade porque ficou sabendo que iria ser sequestrado e morto naquele dia. "Fui obrigado, a partir de então, a entrar na clandestinidade. Neste período, morei em locais diferentes", acrescenta.

Ele foi preso no congresso de Ibiuna, em 1979, onde a UNE levou mais de mil estudantes para um sítio no interior do Paraná. No sexto dia do evento, a repressão invadiu, fortemente armada, durante a madrugada. Todos foram presos e levados para São Paulo. "Na carce-

**MARIA YVONE**  
EX-MILITANTE  
POLÍTICA

"Fui condenada por incitar a guerra revolucionária no País a dez anos e a mais sete por organizar partido clandestino. Fiquei presa por dois anos, voltei para Viçosa, refiz a minha vida, casei, mas a dor é a mesma"

**MARIA YVONE LOUREIRO RIBEIRO**

Nem mesmo o tempo foi suficiente para atenuar a dor de não ter vivido os últimos momentos ao lado do marido. Odijas Carvalho de Souza era um revolucionário. Militante do PCBR e da atividade estudantil, já conheceu Maria Yvone Loureiro Ribeiro quando a sua liberdade estava ameaçada. Mesmo assim, ela investiu na paixão e no idealismo por um país democrático, objeto de luta do jovem comunista. Por causa do marido, Yvone combateu a ditadura e isso lhe custou caro. Odijas morreu em uma suposta sessão de tortura e ela foi uma das presas políticas que o País teve na repressão.

Começou a trajetória no comunismo aos 18 anos, ainda quando trabalhava em um projeto de reforma agrária no Recife. Lá, teve contatos com militantes e se tornou politizada. Fez vestibular para Economia, em 1968, numa época em que as mobilizações contra a ditadura se espalharam pelo Brasil. O trote do vestibular que ela passou foi considerado um grande ato político em repúdio ao regime e contra a guerra do Vietnã.

"Reencontrei o Odijas, que era alagoano e começamos a namorar. Ele já estava sendo procurado, vivia sob a repressão. Tivemos que fugir para Fortaleza e entrei no PCBR. Ele já andava disfarçado (cabelo grande e óculos). Lá no Ceará, estudei mais um ano de Economia, participei das mobilizações, dos movimentos de rua, da campanha pelo voto nulo. Muitos foram presos justamente nestas campanhas", lembra.

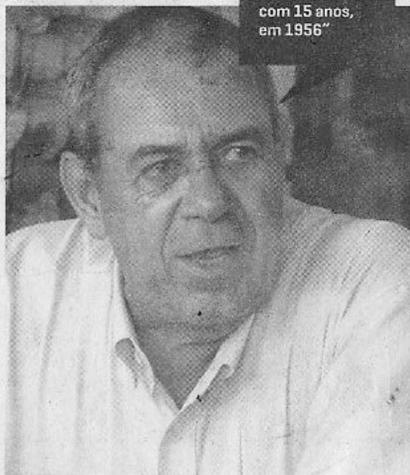
Em meados de 1970, a repressão descobriu os estudantes e eles tiveram que abandonar Fortaleza e foram para Natal. Odi-

jas sumiu. "Fiquei em uma praia de Natal, escondida, e tinha a missão de dar um clima de família na casa. Após um período, foram para a Praia de Maria Farinha (PE). Odijas foi para lá, mas ficou meio resguardado. Estávamos com pessoas ligadas ao partido e ao movimento estudantil. Fui para Natal manter contato com os demais militantes e saber como iríamos continuar sobrevivendo com uma vida tão limitada. Lá, nos chegou a informação de que Odijas havia sido preso. E decidiram sair urgente do local onde estavam. No percurso, fomos presos, arrastados do ônibus e humilhados", relata, ao lembrar que estava com um documento falso, com nome de Maria do Carmo, escondido dentro da roupa, mas que não foi descoberto.

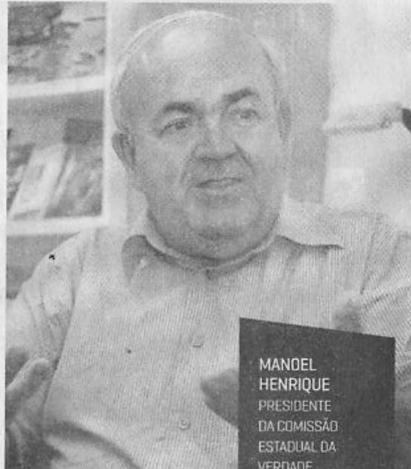
No quartel de Natal, os presos dizem que não foram torturados. Em seguida, foram transferidos para a Delegacia de Ordem Política e Social (Dops), onde fizeram novos interrogatórios e relataram as agressões. "Tiveram contato com Lylia Guedes, a que estava presa na mesma cela do Odijas. Ela disse que ele tinha ido muito mal para o hospital. E na sala onde estavam era a da tortura (tinha várias marcas de sangue). Ficaram dois dias na cela, e ficou sabendo que era a mesma onde Odijas tinha ficado. Tinha marcas de sangue em toda parte, inclusive no colchão. Fizemos greve de fome e tudo para saber notícias do Odijas".

Segundo relatos, Odijas morreu no dia 8 de fevereiro de 1971, nas dependências do Hospital da Polícia Militar, no Recife. O atestado indicou embolia pulmonar, ou seja, morte natural, assinado pelo médico Ednaldo Paes Vasconcelos. Yvone só soube da morte do marido 20 dias depois.

"Um carcereiro soltou a informação de que o marido estava morto. Despitou depois, mas elas ficaram desconfiadas. No banheiro, a gente costumava assobiar músicas e, às vezes, elas falavam sobre algum momento da nossa vida. Tinha uma que o Odijas gostava muito, que foi do carnaval de 1970, de Paulinho da Viola, 'foi um rio que passou na minha vida'. Todos identificavam-no. A outra foi 'Onde andarás Nicanor', de Chico Buarque. Não sei como consegui, mas assobiei as duas e os outros presos ouviram e entenderam que era a confirmação da morte que estava querendo. E eles assobiaram outra música e eu entendi que ele estava morto mesmo. Fiz um escândalo. Após isso, fui condenada por incitar a guerra revolucionária no País a dez anos e a mais sete por organizar partido clandestino. Fiquei presa por dois anos, voltei para Viçosa, refiz a minha vida, casei, voltei a estudar, mas a dor é a mesma", lembra.

**CARLITO LIMA**  
CAPITÃO  
REFORMADO  
DO EXÉRCITO

"Acho que todos nós temos que dar depoimento sobre essa fase que o Brasil passou e eu tive uma participação, pois fui oficial do Exército Brasileiro. Entrei no EB com 15 anos, em 1956"

**MANOEL HENRIQUE**  
PRESIDENTE  
DA COMISSÃO  
ESTADUAL DA  
VERDADE

"Incrível foi saber a trama como se prendiam inesperadamente as pessoas, a rede de amigos que ajudava a esconder [os perseguidos políticos]"

**JAYME MIRANDA**

Das histórias vividas por militantes, a de Jayme Miranda é a mais emblemática em Alagoas. Desde 1975, a família não sabe onde foi parar o corpo dele. A angústia de todos esses anos é contrastada com o símbolo que o comunista alagoano se transformou assim que desapareceu. Símbolo de luta por um ideal reacionário. Por influência do tio, Miranda aliou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), mesmo na clandestinidade, e vivia na sombra da repressão. Foi preso várias vezes e, na última, sumiu.

A filha, Olga Miranda, agora faz parte da Comissão da Verdade em Alagoas e encara o desafio como uma porta que se abre para conhecer a vivência de tantos que enfrentaram leis tão rígidas para ter um futuro diferente. Ela lembra que a família se mudava todos os anos e nem desconfiava que o pai era classificado com subversivo. "Era um pai comum, muito presente e só soube da vida que ele tinha quando ele foi preso numa das vezes", lembra.

Jayme era jornalista, e depois estudou Direito. Foi militante estudantil e partidário. Era apaixonado pela leitura e se tornou um poliglota. Editava o jornal A Voz do Povo, cuja sede foi invadida diversas vezes pela força de segurança. A partir dele, vários sindicatos foram criados em Alagoas. Era um diplomático, de excelente oratória e muito próximo da classe operária.

O hotel que o avô ad-

ministrava foi vasculhado diversas vezes pelos militares da ditadura. Mesmo assim, escapava do cerco e sequenciava o trabalho que considerava ser de conscientização popular e de combate à repressão. Cercado aqui, ele fugiu para o Rio de Janeiro onde trabalhou de forma clandestina elaborando jornal e fazendo traduções. O partido também mandava dinheiro para a subsistência dele.

Na última vez que foi preso, estava na companhia de outra pessoa, já descoberta pela ditadura, tentando pegar documento falso para sair do País. Foi levado pelos militares e não mais deu notícias. Oficialmente, a família não teve explicações sobre o desaparecimento e o que teria acontecido com Jayme Miranda. Um dos sargentos que trabalhava para o Exército revelou, tempos atrás, que o corpo havia sido enterrado em São Paulo, mas ninguém o achou.

"O tempo fez a dor diminuir mais. Só em lembrar que um ente querido seu foi torturado e morto é algo que não se esquece. Até hoje, a minha mãe desconfia e pensa que um dia o meu pai vai aparecer", lamenta Olga.

**CARLITO LIMA**

Justamente na semana que antecedia os 50 anos do Golpe Militar, a Comissão Estadual da Verdade ouviu o depoimento de um capitão do Exército. Carlos Roberto Peixoto Lima, o Carlito Lima, admitiu que as Forças Armadas praticaram tortura e matou militantes de esquerda durante a ditadura. Ele revelou ainda que alguns militares ocultavam os cadáveres dentro dos quartéis.

Em depoimento, ele disse pensar que o Exército deveria reconhecer a postura durante o regime publicamente. Ele tem 73 anos e atuou como oficial no Recife (PE) e Maceió nas décadas de 1960 e 1970. "Acho que todos nós temos que dar depoimento sobre essa fase que o Brasil passou e eu tive uma participação, pois fui oficial do Exército Brasileiro. Entrei com 15 anos, em 1956".

Ele foi carcereiro de militantes de esquerda importantes como Miguel Arraes, Gregório Bezerra, Paulo Freire, Francisco Julião, Paulo Cavalcanti, Pelopidas Silveira e Alfredo Ferreira Lima. Ele destaca que não foram todos os militares que se envolveram na repressão.